

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/PRR2/N.C. Nº

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2015.

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa., em anexo, conforme solicitado, um relatório das atividades desenvolvidas no ano de 2015 pelo GT de Combate aos Crimes Cibernéticos.

Na oportunidade, reitero votos de consideração e respeito.

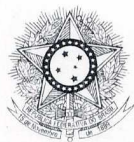


NEIDE M. C. CARDOSO DE OLIVEIRA

Procuradora Regional da República

Coordenadora do GT de Combate a Crimes Cibernéticos

A Sua Excelência o Senhor
Dr. **JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**
Coordenador da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão
SAF Sul Quadra 4 – Conjunto C
Brasília/DF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

I – Inclusão de uma aula sobre crimes cibernéticos no Curso de Ingresso e Vitaliciamento

As integrantes do GT, Fernanda Domingos e Priscila Shreiner ministraram aula sobre a atuação do MPF no combate aos crimes cibernéticos no Curso de Ingresso e Vitaliciamento - CIV para novos Procuradores da República, nos **dias 4 e 18 de março** de 2015, considerando a importância do tema na atual criminalidade e ausência de cursos e aulas específicas sobre o assunto nas faculdades e cursinhos preparatórios para concursos, donde se conclui que os novos procuradores pouco sabem sobre o assunto ao ingressarem no MPF.

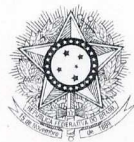
II - Acompanhamento e colaboração no procedimento instaurado no âmbito do GT de Tecnologia da Informação da 3ª CCR sobre a migração do sistema Ipv4 para IPv6:

Por iniciativa do GT, foi solicitado ao GT-sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - GTTIC da 3ª CCR a instauração de um procedimento e outro na PR/SP, ambos na área do consumidor, para acompanhar e instigar a efetiva migração do sistema IPv4 para o IPv6. Por iniciativa do GT, também, foi organizada uma reunião na sede da PR/SP, no **dia 24 de março** passado, com os maiores provedores de conteúdo com representação no Brasil; os principais provedores de acesso e o diretor do SINDTELEBRASIL, que representa praticamente todas as empresas do setor de telecomunicações.

O GT vem em ambos os procedimentos oferecendo auxílio, tanto ao procurador responsável na PR/SP, Marcos Costa, como ao coordenador do GT-TI, PR Carlos Bruno Ferreira Silva, com a elaboração de texto sobre o tema como ofícios para os provedores de acesso e de conteúdo.

III – Apresentação de Notas Técnicas

O GT apresentou Nota Técnica a respeito do regulamento do Marco Civil da Internet enviada *online*, para o Ministério da Justiça, conforme consulta pública organizada pelo MJ, no **dia 30 de março** último.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

E apresentou a Nota Técnica conjunta à respeito do projeto da empresa norte-americana Facebook denominado Internet.org, à luz do princípio da neutralidade da rede e que foi amplamente divulgado durante o IGF, em João Pessoa, no **dia 11 de novembro** passado.

IV - Projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas"

O Projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas", realizado em parceria com a ONG SaferNet Brasil e patrocinado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, sob coordenação da PFDC com auxílio da 2ª CCR, por meio do GT em tela, e da 3ª CCR, pelo GT de Tecnologia da Informação, realizou 7 Oficinas "Segurança, Ética e Cidadania na Internet: Educando para Boas escolhas online", entre as 10 capitais selecionadas, nesse ano de 2015. A coordenação do projeto é realizada pela então coordenadora adjunta do GT, Neide de Oliveira e pela PRR, Marcia Morgado, que compõe o GT "Comunicação social" da PFDC e auxiliada pela integrante do GT, Fernanda Domingos. O projeto, iniciado em **01 de junho de 2015** e programado para findar no dia **31 de maio de 2016**, ocorreu, primeiramente, em cinco estados, onde os colegas do GT, em questão, a organizaram (RJ, SP, RS, PE e MG). As demais Oficinas, que ocorreram nos Estados do Ceará, Pará e Paraíba foram organizadas pelos PRDCs locais. Além dos locais já programados, foi realizada uma segunda Oficina em MG, devido ao tamanho sucesso da primeira e uma na escola federal Pedro II, no estado do Rio de Janeiro, em razão de um problema ocorrido na escola relacionado a delito cibernético. O CGI está custeando a participação da SaferNet, incluindo passagens do palestrante Rodrigo Nejm e parte do kit pedagógico, que é distribuído para os educadores participantes (cerca de 100 a 150 em cada Oficina). Coube ao MPF, pela PFDC, a impressão de 30.000 cartilhas, que compõe o referido kit e que são disponibilizadas cerca de 1000 (mil) exemplares à disposição das escolas do estado mediante solicitação dessas junto à Unidade do MPF local. O Projeto foi aprovado pelo Escritório de Planejamento e Gestão do MPF/DF, cuja aprovação contou da Portaria PGR nº 753, de 24 de setembro de 2015.

V - Participação do GT em eventos nacionais relacionados ao combate aos crimes cibernéticos

No dias 2 e 3 de março passado, a PR/SP sediou um curso de capacitação sobre crimes cibernéticos apresentado pela National Crime Agency - NCA do Reino Unido, sob organização do consulado do Reino Unido em São Paulo e com auxílio da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

então coordenadora do GT, Melissa Blagitz, para os procuradores da República lotados em São Paulo e autoridades policiais da Polícia Federal brasileira e de diversos países da América Latina.

No dia **10 de abril de 2015**, a então coordenadora adjunta do GT, Neide Oliveira, ora subscritora, proferiu palestra para juízes federais do TRF - 2ª Região sobre os "Aspectos Internacionais sobre os Crimes Cibernéticos", no qual entre outros assuntos relacionados ao tema, expôs o trabalho desenvolvido pelo respectivo GT.

A então coordenadora adjunta Neide Oliveira palestrou sobre a Atuação do MPF no Combate aos Crimes Cibernéticos na "XVIII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul", realizada nos dias **9 e 10 de junho** passado, e em razão dessa apresentação foi contatada pela Secretaria de Cooperação Internacional para agendar e organizar um curso de capacitação para procuradores do Equador.

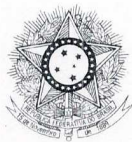
A então coordenadora adjunta do GT, Neide Oliveira, junto com a então coordenadora do GT, Melissa Blagitz, organizou a pedido do promotor coordenador do GAECO/DF, Clayton Cunha, uma reunião na PR/SP, com promotores integrantes de GACEOs de vários estados para apresentar o trabalho do MPF no combate a crimes cibernéticos. A reunião, que ocorreu **no dia 18 de junho**, contou com a participação da colega Priscila Schreiner e da coordenadora do NTCCC da PR/SP, a técnica de informática, Adriana Shimabukuro. A partir dela, a então coordenadora Melissa Blagitz foi convidada para palestrar para promotores do MPE/SP sobre a Atuação do MPF no combate a Crimes Cibernéticos, o que ocorreu **no dia 25 de junho** seguinte.

As colegas Fernanda Domingos e Priscila Shreiner participaram do ICCYBER, no período de **23 a 25 de junho** passado, juntamente com os servidores Adrina Shimabukuro e José Moreno Neto, ambos integrantes do Núcleo Técnico de Combate a Crimes Cibernéticos da PR/SP, organizado pela Perícia da Polícia Federal.

No **dia 1º de julho** último, a coordenadora Neide Oliveira apresentou o projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas", para promotores da Infância e da Juventude, em um evento realizado pelo COPEIJ e a partir dele a ora subscritora foi convidada para dar um curso sobre crimes cibernéticos para promotores em evento promovido pelo CNMP.

A coordenadora Neide Oliveira apresentou o curso completo sobre a Atuação do MPF no Combate aos Crimes Cibernéticos para promotores do CNMP, **no dia 05 de novembro** passado.

Participamos no maior número possível (coordenadora Neide Oliveira e membros Jaqueline Buffon e Alfredo Falcão), considerando o atual contingenciamento de despesas do MPF, do 10º Internet Governance Forum – IGF, evento organizado pela ONU, que realizado, em João Pessoa/PB, entre os dias **09/11/2015 e 13/11/2015**, e que se trata do maior evento mundial sobre Internet, que envolve governos, law



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

enforcements, sociedade civil, empresas do ramo, entre outros, com a participação de cerca de 2000 pessoas de todos os países integrantes da ONU. A ora subscritora palestrou em duas salas distintas, uma da UNESCO, sobre o Projeto "Ministério Público Federal pela Educação Digital nas Escolas" e em outra sala sobre termos de uso dos provedores on line, com a apresentação sobre "Os Termos de Compromisso e de Ajustamento de Conduta firmados entre o MPF e os provedores online", organizado pelo grupo "Dynamic Coalition on Network Neutrality", do Conselho da Europa. Ambas as apresentações foram em inglês.

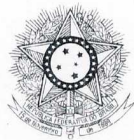
Em **8 de dezembro** passado, Priscila Schreiner expôs a importância da prevenção na internet e o Projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas", no evento ICCC 2015 Internet Cyber Compliance Conference, organizado pela Comissão de Direito Digital da OAB/SP.

VI – Participação de membros do GT em eventos internacionais relacionados ao combate aos crimes cibernéticos

No período de **9 a 13 de março** passado, a então coordenadora, Melissa Blagitz, e a colega Adriana Scordamaglia participaram, junto com a subprocuradora geral da República, Dra. Raquel Dodge, do Digital Crimes Consortium – DCC, em Miami/EUA, a convite da empresa Microsoft, e do contato realizado pelas colegas iniciaram-se as tratativas para realização do curso de capacitação oferecido pela Microsoft, no Brasil, o que ocorreu no período de 6 a 8 de outubro passado, conforme item II. Na mesma ocasião, a então coordenadora, Melissa Blagitz palestrou sobre o combate aos crimes cibernéticos no Brasil.

Nos **dias 16 e 17 de abril** passado, a ora coordenadora do GT, Neide de Oliveira, junto com a Dra. Raquel Dodge, participou do "Global Conference on CyberSapce – GCCS/2015", em Haia, a convite do Itamaraty. No evento, que pela primeira vez reuniu além de governos, a sociedade civil, o ponto central foi a discussão sobre as novas formas de investigação considerando que as empresas estão migrando todas para sistemas criptografados em consequência da era pós Edward Snowden.

A colega Jaqueline Buffon participou do evento da Ameripol com a União Europeia, realizado em Madri, **de 1 a 9 de junho de 2015**. A partir de contatos realizados pela colega, a mesma, por meio da Secretaria de Cooperação Internacional - SCI, iniciou tratativas com a FIAP, visando a realização de um convênio com o Instituto Nacional de Cibersegurança da Espanha, tanto na área de prevenção, quanto na área de investigação. Além de sugerir à SCI a criação de uma rede ibero-americana para a investigação e repressão a crimes cibernéticos ou a utilização da IberRed, nos moldes da Ameripol.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

A colega Jaqueline Buffon participou, também, em **26 a 30 de outubro**, em Cartagena das Índias, na Colômbia, do curso "Ciberdelinquência: ferramentas para proteção das pessoas menores de idade contra os abusos sexuais, a pornografia infantil e a exploração sexual", realizado pelo Ministério da Justiça Espanhol, em colaboração com o Ministério do Interior, dentro da programação da AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento). O curso tratou da cibersegurança e foram apresentados muitos painéis práticos, dentre os quais, relativos a protocolos usados na coleta, registros e preservação da prova eletrônica. Após, outros com cunho mais tecnológico, como a extração das informações dos meios digitais e obtenção dos dados dos dispositivos. Destaca-se a apresentação das medidas de investigação tecnológica em fontes abertas, gratuitas, que poderão ser usadas pelo MPF em suas investigações e processos. Ainda, se houver interesse em criar o programa nos moldes que possuem na Espanha, há viabilidade de obtermos treinamento para elaboração e uso. Alguns dos países participantes apresentaram experiências suas quanto às medidas de investigações tecnológicas realizadas e/ou seus marcos legais. O Ministério Público Federal brasileiro, apresentado pela colega, falou do êxito da Operação Darknet, primeira investigação na rede TOR realizada no Brasil, especialmente das partes que não estão cobertas pelo sigilo. A ferramenta criada pela Polícia Federal do Rio Grande do Sul, utilizada na Operação Darknet, cativou o interesse dos organizadores do curso.

Nos dias **24 e 25 de novembro**, a coordenadora Neide de Oliveira, a coordenadora adjunta do GT Priscila Schreiner e a técnica administrativa da PR/SP, a convite da Fiscalia Geral do Equador, sobre a Atuação do Ministério Público no Combate a Crimes Cibernéticos.

A procuradora Fernanda Domingos participou do evento promovido pela UNICEF e ICMEC (International Center of Missing and Exploited Children) no Equador, no período de **30 de novembro a 03 de dezembro último**, e desse evento, veio o convite para o Ministério Público Federal participar do grupo de trabalho da prevenção, tendo em vista nossa atuação preventiva no tema ligado à PFDC, e outro grupo, de *law enforcement*, com objetivo de facilitar o intercâmbio de informações e, *a priori*, identificar as semelhanças e diferenças na legislação penal e processual penal relativas ao tema. Também houve convite para que o MPF do Brasil integre o Grupo de Trabalho contra a exploração e abuso sexual infantil formado pela INTERPOL.

VII – Apresentação do MPF no Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br e Departamento de Segurança da Comunicação e Informação - DSCI do Ministério da Defesa.

A coordenadora do GT, Neide de Oliveira, foi designada pelo PGR para integrar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

a Câmara de Segurança e Direitos do Comitê Gestor da Internet – CGI.br, que se reúne, duas vezes ao ano, sendo a primeira e última reunião no dia **03 de julho de 2015**. Nessa reunião, a coordenadora se comprometeu a participar em nome do MPF de quatro grupos de estudo relacionados a temas de interesse da Instituição para apresentação de Notas Técnicas ao próprio CGI, para adoção por esse do acordado. E enviou, por e-mail, Notas Técnicas elaboradas pelo GT e um relatório sobre a criação do Projeto Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas” para instruir os referidos grupos de trabalho.

As reuniões do Comitê Gestor do Departamento de Segurança, Comunicação e Informação - DSCI do Ministério da Defesa ocorrem sempre na segunda quarta feira de cada mês, e contou com a participação da então coordenadora adjunta, no dia 11 de março passado, e do suplente Alfredo Falcão, **nos dias 08 de julho e 09 de dezembro**. A reunião de outubro foi cancelada e as demais por não compatibilidade de agendas da titular e do suplente não houve a presença do MPF.

VIII – Participação na CPI dos Crimes Cibernéticos

Em **10 de setembro de 2015**, a ora coordenadora do GT, Neide Oliveira, juntamente com a membro do GT, Fernanda Domingos, participou de audiência pública realizada no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, destinada à apuração da prática de crimes cibernéticos, a convite da respectiva Comissão.

Em sua exposição, a ora subscritora expôs a atuação do MPF no Combate a Crimes Cibernéticos com apresentação em slides de forma bem didática, na qual destacou o trabalho do respectivo GT. A partir dessa apresentação, muito aplaudida, já fomos convidadas para uma reunião fechada da referida CPI, em fevereiro do ano de 2016 para auxiliarmos no trabalho da Comissão.

IX - Treinamento Microsoft – curso de capacitação para membros e servidores do MPF

A integrante do GT, Adriana Scordamaglia, organizou um curso de capacitação, que se trata de um treinamento oferecido pela empresa MICROSOFT, que ocorreu na sede da PR/SP, no período de **06 e 08 de outubro** último. O treinamento foi direcionado para procuradores da República, que comprovaram conhecimento da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

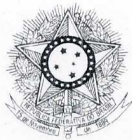
matéria, dado o grau de complexidade dos casos e técnicas que seriam expostos, para o qual foram oferecidas, por edital, oito vagas de um total de 20 (as demais 12 vagas foram destinadas aos membros do GT e aos servidores, que integrarão os futuros núcleos técnicos, que pretendemos criar, em cada uma das 5 regiões do País). O curso contou com a participação remota, via videoconferência, da coordenadora do NCMEC (National Center of Missing and Exploited Children - ONG americana responsável pela Central Nacional de Denúncias sobre pornografia infantil nos EUA) e foi muito apreciado por todos os participantes devido a toda temática e complexidade exposta.

X – Realização de Seminário sobre Crimes Cibernéticos sob custeio da Escola Superior do Ministério Público da União

Entre os dias **20 e 22 de outubro de 2015**, realizamos o curso sobre "O Ministério Público Federal, Poder Judiciário e Polícia Federal no Combate aos Crimes Cibernéticos", que contou com a participação de cerca de 20 membros do MPF; 4 do MPM, 6 juízes federais e 4 analistas de informática além de servidores do Núcleo Técnico de Combate a Crimes Cibernéticos da PR/SP. A participação de juízes federais, cujo convite foi realizado pela coordenação do curso, o membro do GT, Ângelo Ilha, e pelos membros do GT em contato direto com a coordenação das EMARFs dos cinco TRFs. O curso só não teve mais participação dos juízes por falta de verbas dos TRFs para custear a participação de seus membros. Assim, como dois dos palestrantes foram, pela primeira vez, juízes federais. O curso foi um sucesso e entendemos que a participação dos juízes federais foi muito importante para contarmos com o apoio dos juízes nos processos relacionados ao tema devido a nossa recente legislação do Marco Civil de Internet em relação ao qual os atuais juízes serão os formadores de jurisprudência sobre o tema.

XI - Núcleos Técnicos de Combate a Crimes Cibernéticos

A criação de Núcleos Técnicos de Combate a Crimes Cibernéticos, nos moldes do NTCCC de SP, é um pleito antigo do GT e, durante o ano de 2015, o GT articulou sua efetiva implantação. A chefe do NTCCC da PR/SP, a técnica de informática, Adriana Shimabukuro, fez uma planilha do que seria necessário para a criação dos núcleos nos estados. Após contato e formalização de ofício à recém-criada Secretaria Pericial, a sua coordenadora Elizabeth Mitiko, não foi possível atender o pleito de vinculação dos referidos Núcleos àquela Secretaria, considerando que o trabalho dos referidos Núcleos não se trata de produzir laudos periciais, mas sim, em síntese, a análises técnicas, que auxiliem o PR na sua atuação funcional em delitos cibernéticos. A coordenadora do GT, ora subscritora, fez contato com o coordenador da SPEA, o PR, Daniel Salgado, visando viabilizar a vinculação dos respectivos Núcleos às ASSPAS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

locais nos Estados de Recife, Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro, visando abranger as 5 regiões do País, considerando que o de São Paulo já está formado. Restou agendada uma reunião dos membros do GT com o Daniel Salgado no dia 26 de janeiro de 2016.

Os Núcleos deverão ser, inicialmente, formados apenas por um técnico ou analista de informática, até que possa contar, além daquele, com um analista processual e um técnico administrativo; dotado de um equipamento de informática não ligado à rede do MPF. Os núcleos serão voltados: (a) ao atendimento de colegas em casos envolvendo crimes praticados por intermédio da internet; (b) à análise das notícias de crimes cibernéticos recebidas no SAC; (c) apresentação de notas técnicas. Há ainda a descrição de atividades a serem desenvolvidas pelos núcleos, mas coordenadas pelo núcleo de São Paulo, como a criação de ferramentas. O objetivo é que os núcleos estejam formados no início do primeiro semestre de 2016, para que os servidores possam participar do treinamento mencionado no item II. Os colegas Alfredo Falcão da PR/PE; Jaqueline Buffon da PR/RS e Paulo Gomes, da PR/RJ, já indicaram um servidor de cada uma de suas Unidades.

XII – Roteiro de Atuação em Crimes Cibernéticos - nova impressão

O Roteiro de atuação sobre Crimes Cibernéticos foi distribuído para juízes federais, em São Paulo e Recife e para juízes e desembargadores federais, do TRF-2ª Região, ao longo do ano de 2015, bem como enviados para membros do GAECO do Rio de Janeiro (200), Goiás (25) e Distrito Federal (50), assim como foi distribuído no curso da Microsoft para os juízes presentes e seus respectivos substitutos e promotores da Infância e Juventude em duas palestras proferidas pela coordenadora do GT, no CNMP e na reunião anual da COPEIJ. Foram distribuídos exemplares para procuradores de Moçambique e do Mercosul na XVIII Reunião de Ministérios Públicos do Mercosul, ambos eventos organizados pela Secretaria de Cooperação Internacional, nos quais a ora subscritora palestrou sobre a Atuação do MPF no Combate a Crimes Cibernéticos.

Considerando que o estoque dos respectivos exemplares praticamente acabou; a necessidade de revisarmos o texto para uma nova impressão com a inclusão de doutrina sobre o Marco Civil da Internet e alteração dos nomes de domínio do MPF, e a importância de continuarmos a distribuição seletiva dos exemplares, pretendemos solicitar nova reimpressão no ano de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

XIII - Conclusão

Destaque-se, ainda, que, mediante a Portaria PGR nº 180, de 03 de julho de 2015, houve a troca da coordenação do GT, pela qual, no lugar da então coordenadora, Melissa Blagitz, ingressou a ora subscritora, Neide Oliveira, bem como Priscila Schreiner, como coordenadora substituta.

Do exposto, espero ter feito o relato amplo do intenso trabalho desenvolvido pelo respectivo GT ao longo do ano de 2015.

Coloco-me à disposição para outros esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Neide M. C. Cardoso de Oliveira', written over a faint circular stamp.

NEIDE M. C. CARDOSO DE OLIVEIRA

Procuradora Regional da República

Coordenadora do GT de Combate a Crimes Cibernéticos